

SAIR DA "CASA" – A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

LEAVING THE "HOUSE"("CASA") – YOUTH PARTICIPATION IN A COMMUNITY INTERVENTION PROJECT

<https://doi.org/10.4000/15kxg>

Leonor Medon

■ Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal. E-mail: leonor.medon@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5813-8593>

Lígia Ferro

■ Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: lferro@letras.up.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2704-4308>

Otávio Raposo

■ Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal. E-mail: otavio_raposo@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8000-6901>

Resumo

O presente artigo explora as dinâmicas de participação juvenil a partir de uma investigação etnográfica realizada no projeto "Casa", localizado em Campanhã, na cidade do Porto e financiado pelo Programa Escolhas¹. O estudo, conduzido entre novembro de 2023 e junho de 2024, no âmbito do projeto PERICREATIVITY², teve como objetivo compreender como os jovens experienciam e representam a sua participação e identificar os desafios inerentes ao processo. Metodologicamente, a investigação assentou numa estratégia etnográfica, recorrendo à observação participante, ao registo sistemático em diário de campo e a entrevistas semiestruturadas com jovens e equipa técnica. Alguns dos principais resultados evidenciam uma dissociação entre a retórica institucional de empoderamento e de participação e as representações sociais dos jovens, para quem se traduz em termos mais práticos ("estar presente", "ajudar"). A análise das assembleias semanais de jovens revela as potencialidades da apropriação criativa de referências consumidas diariamente pelos jovens para fomentar o seu envolvimento, mas demonstra que esta se processa numa "arena circunscrita". A agência exercida acaba por ter uma "baixa consequência", o que gera a perceção de uma "simulação de poder" (Arnstein, 1969), limitando o potencial emancipatório. Apesar de o projeto "Casa" atuar como um amortecedor das desigualdades sociais, peca pela ausência de ligação a esferas de poder mais amplas, perpetuando a sensação de invisibilidade política dos jovens, tornando a intervenção insuficiente para gerar transformação estrutural. Propõe-se, assim, o repensar dos modelos de participação articulados às escalas micro e macro, transformando as sugestões internas dos jovens em ações de cidadania ativa no espaço público.

Palavras-chave: participação juvenil, Programa Escolhas, etnografia urbana, periferia social

Abstract

This article explores the dynamics of youth participation based on ethnographic research conducted as part of the "Casa" project, located in Campanhã, in the city of Porto, and funded by the "Programa Escolhas" ("Choices Programme"). The study, conducted between November 2023 and June 2024, as part of the PERICREATIVITY project, aimed to understand how young people experience and represent their participation and to identify the challenges inherent in the process. Methodologically, the research was based on an ethnographic strategy, using participant

observation, systematic field diary recording, and semi-structured interviews with young people and technical staff. Some of the main results show a disconnect between the institutional rhetoric of empowerment and participation and the social representations of young people, for whom it translates into more practical terms ("being present," "helping").

Analysis of weekly youth assemblies reveals the potential of creatively appropriating references consumed daily by young people to foster their involvement but shows that this takes place in a "circumscribed arena." The agency exercised ends up having a "low consequence," which generates the perception of a "simulation of power" (Arnstein, 1969), limiting its emancipatory potential. Although the "Casa" project acts as a buffer against social inequalities, it suffers from a lack of connection to broader spheres of power, perpetuating young people's sense of political invisibility and rendering the intervention insufficient to bring about structural change. We therefore propose a rethinking of the models of participation articulated at the micro and macro levels, transforming the internal suggestions of young people into actions of active citizenship in the public space.

Keywords: youth participation, "Escolhas" Program ("Choices Programme"), urban ethnography, social periphery

INTRODUÇÃO

A participação juvenil consolidou-se nos últimos anos, como um dos pilares centrais nas políticas europeias e nacionais. Seja nos seus documentos orientadores, quadros de financiamento ou diretrizes, todos são inundados por conceitos como "empoderamento", "capacitação", "co-criação" e "participação". Estes termos tornaram-se onnipresentes, operando frequentemente como uma retórica institucional que promete transformar jovens "problemáticos" em cidadãos ativos e "solução" (Raposo, 2022). Contudo, quando estes conceitos aterram em territórios marcados por uma profunda segregação socioespacial, a sua operacionalização colide com barreiras estruturais complexas. É nesta tensão crítica entre a retórica da emancipação e participação e a realidade vivida que se situa o presente artigo, focando-se na freguesia de Campanhã, no Porto, um território historicamente estigmatizado como periferia social e moldado por processos de exclusão que condicionam o pleno exercício do direito à cidade.

Este trabalho resulta de uma investigação etnográfica realizada junto de um projeto do Programa Escolhas, entre novembro de 2023 e junho de 2024, no âmbito do projeto de investigação - "PERICREATIVITY – Criatividades Periféricas: juventude, arte e políticas públicas em territórios segregados"³. Este projeto tem como objetivo central compreender o papel da criatividade e das expressões artísticas na vida dos jovens que vivem em territórios segregados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, partindo do pressuposto de que estas expressões funcionam simultaneamente como um meio através do qual os jovens conferem sentido às suas vidas, constroem trajetórias profissionais e como um recurso potente para a inclusão social e a participação cívica, contribuindo para desmistificar a ideia de senso comum de que os jovens estão desligados da vida cívica, política, comunitária e artística (Costa et al., 2022).

O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001 sob o pretexto de ser um programa para a "prevenção da criminalidade e inserção dos jovens", mas que desde então até aos dias de hoje, nas suas nove edições, tem reconfigurado os seus objetivos – da segurança e integração ao pensamento crítico e criativo e a não discriminação. Apesar das mais de duas décadas de experiência, o programa é baseado em ciclos curtos de financiamento, nunca superiores a 3 anos e com hiatos entre "gerações" que causam instabilidade do trabalho contínuo de intervenção e a precariedade dos que nele trabalham. Importa referir que a sua operacionalização no terreno assenta em consórcios locais e numa lógica de intervenção comunitária de proximidade, que atuam junto de problemáticas como a inclusão escolar, a educação não formal, a formação profissional e o emprego, assim como a participação e cidadania (Abrantes et al., 2025).

Este artigo foca-se na análise das práticas, discursos e dos modos de participação juvenil a partir da abordagem etnográfica no projeto "Casa"⁴, financiado pelo Programa Escolhas, onde foi possível identificar potencialidades e limitações num contexto considerado pelos jovens como seguro para a participação. Sendo a sua questão central: "De que forma os jovens envolvidos no projeto de intervenção comunitária "Casa" experienciam e representam a sua participação, e quais são os principais desafios e oportunidades que enfrentam nesse processo?"

Não se procura apenas avaliar a eficácia do projeto, mas sim utilizar este caso como um ponto de partida para decompor as tensões entre o discurso e a prática no âmbito de um projeto concreto que resulta de uma política específica de inclusão da juventude, como é o Programa Escolhas. A pertinência desta análise reside na importância de desconstruir a lógica individualista que permeia as políticas de inclusão social, sob o pressuposto da ativação de competências individuais através

da capacitação, que tende a desresponsabilizar as estruturas sociais e económicas que produzem a marginalização, transferindo para os ombros dos jovens o ónus do seu próprio sucesso.

O objeto empírico da investigação incidiu então sobre o projeto "Casa", situado em Campanhã, que trabalha junto das escolas básica e secundária e dos vários bairros de habitação camarária circundantes. Atrai crianças e jovens dos 6 aos 25 anos e procura trabalhar problemáticas que lhes são transversais como o absentismo, insucesso e abandono escolar, além de se propor como espaço para ocupação de tempos livres através da educação não formal, criação artística e de exercício da cidadania, estando alinhado com os eixos "Educação, Formação e Emprego" e "Dinamização Comunitária e Cidadania" do Programa Escolhas.

Deste modo, a sua programação é bastante diversificada, incluindo apoio ao estudo, atividades artísticas, desportivas, intervenção em contexto escolar, entre outros. O seu elemento mais distintivo é a estrutura de participação democrática: o projeto é concebido como uma comunidade de prática onde os jovens são incentivados a cocriar a programação, a gerir conflitos e a tomar decisões coletivas através de mecanismos formais, como as assembleias de jovens, realizadas todas as semanas. Foi precisamente este carácter inovador e participativo, aliado à consistência no número de jovens que envolvia, que solidificou a escolha deste projeto como "laboratório" ideal para pensar a participação juvenil e as suas implicações.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Sobre o território de Campanhã, margem urbana e simbólica

Para melhor compreender as dinâmicas de funcionamento do "Casa", é imprescindível situá-lo geográfica, social e simbolicamente.

A cidade do Porto, tal como outros centros cosmopolitas, é marcada por dinâmicas de segregação socioespacial. A freguesia de Campanhã é a que mais se tem destacado nesse contexto, uma vez que concentra não só desigualdades sociais vinculadas como dinâmicas sociais e simbólicas que a mantêm à margem do imaginário coletivo da cidade. Sendo identificada como uma "área periférica" marcada por uma "significativa presença de problemas de exclusão social que influenciam a imagem do território e que promovem a estigmatização da população residente" (Município do Porto, 2018, p.52), este território é marcado por processos históricos de desindustrialização, abandono do edificado e concentração de bairros de habitação social (Borges Pereira, 2018). O seu tecido social é caracterizado por vários índices de vulnerabilidade (INE, 2021):

em 2021, registavam-se 2139 desempregados na freguesia (com cerca de 30 mil habitantes), sendo a faixa etária jovem (20-34 anos) uma das mais afetadas e uma forte dependência de prestações sociais (11681 pessoas, 2021). Além disso, os níveis de escolaridade permanecem baixos, com 37,12% da população a deter apenas o ensino básico e uma taxa de analfabetismo de 3,21%.

Para além dos indicadores estatísticos, Campanhã funcionou historicamente como uma "zona-depósito", absorvendo as populações deslocadas das ilhas do centro da cidade através de processos de realojamento – no bairro do Cerco, Falcão, Lagarteiro, entre outros (Guerra, 2000). Este processo criou "novas ilhas" de exclusão, nas quais a concentração de vulnerabilidades sociais amplifica o estigma territorial a que estão votadas. Pereira (2018) identifica esta zona da cidade do Porto como um palco de "clivagens sociais" profundas, resultantes da reconfiguração de uma cidade pós-industrial que segregou as classes trabalhadoras para as suas margens.

Neste contexto macroestrutural, as juventudes deste território enfrentam desafios estruturais onde o lugar de classe e de segregação espacial, social, económica e política é central para a discussão das políticas públicas e enforma os seus quotidianos. Por exemplo, no Agrupamento de Escolas do Cerco, onde muitos dos jovens do projeto em análise estudam, os dados revelam que, num universo de 1841 alunos, quase metade beneficia de Ação Social Escolar (783 no escalão A e 290 no escalão B, no ano letivo 2022/23). Adicionalmente, o elevado número de ocorrências disciplinares registadas (1206 no mesmo ano letivo) e os processos de acompanhamento pela CPCJ sinalizam a urgência de respostas integradas.

É neste contexto de estigma territorial que se constrói o projeto "Casa", que serve mais do que um serviço, mas como um porto seguro, uma segunda casa e um espaço de socialização, num mundo marcado por múltiplas crises, incluindo a da confiança e dos laços sociais.

Tensões nas formas e práticas de participação juvenil

A análise da participação juvenil exige ultrapassar visões normativas ou "adultocêntricas" (Malafaia et al., 2021) que tendem a ler a ausência dos jovens nas esferas formais como mera apatia cívica e reconhecê-las como práticas culturais situadas e socialmente produzidas. Esta aparente desmobilização não é uma característica inerente à juventude, mas o reflexo de um sistema que, ao impor modelos rígidos de participação, acaba por ignorar ou estigmatizar as formas de envolvimento que não se enquadram nos padrões institucionais (Pais, 2005). Nesse sentido, a participação deve ser

entendida como um processo de socialização política dinâmico, onde se negociam constantemente relações de poder, reconhecimento e pertença. É neste contexto que a participação deve ser entendida não apenas como presença, mas como um processo de “protagonismo” (Costa, 1999) que se define em poder real.

No âmbito nacional, o Programa Escolhas⁵ surge como a política de âmbito nacional com foco na política de inclusão social direcionada à juventude com estrutura e financiamento mais ou menos estável ao longo de mais de duas décadas. Uma análise crítica às intervenções governamentais no âmbito do campo da juventude em Portugal e a sua evolução ao longo do tempo exige uma focalização neste Programa, na sua estrutura, objetivos e operacionalização (Abrantes et al, 2025).

Um dos pilares fundamentais do Programa Escolhas, explicitado na sua área de “Participação e Cidadania”, é o aumento da participação cívica e comunitária dos jovens. O programa propõe-se a criar condições para que os jovens se assumam como agentes de mudança positiva nas suas comunidades, promovendo uma cidadania ativa e participativa. A sua participação, muitas vezes, é medida através das folhas de presença dos jovens nas atividades, o número de ações ou o número mínimo obrigatório da realização de assembleias juvenis. No n.º 6 do artigo 29.º do Regulamento do Programa Escolhas é explícita a necessidade de os projetos organizarem assembleias de jovens com os seus participantes diretos e indiretos, com periodicidade não superior a bimestral, recolhendo a avaliação dos jovens de forma a incorporá-la nos relatórios de autoavaliação, bem como para validar os planos de atividades. Estes atos são apelidados de “Assembleias de Jovens Locais”.

A participação juvenil pode ser entendida como o envolvimento ativo dos jovens na vida cívica, social, política ou cultural da sociedade, ultrapassando a mera condição de consumidores sendo eles próprios agentes ativos na criação, discussão e disseminação de bem-estar coletivo (Garcia et al., 2019).

Para que esta participação tenha significado, retirando o foco assistencialista que os adultos muitas vezes apresentam sobre como é que devem participar, a predisposição para a emancipação dos jovens, através de espaços efetivos e legitimados de participação que lhes deem verdadeira autonomia e ação para decidir sobre as suas vidas, é essencial (Costa, 1999). Este empoderamento desenvolve capacidades práticas, sociais e emocionais que são indissociáveis das desigualdades sociais às quais estão sujeitos. Para se perspetivar a participação e o empoderamento social, há condições sociais básicas como o acesso à educação, serviços de saúde, emprego, habitação digna, entre outros, que são suportes essenciais de vida. Além disso, estas

ferramentas permitem um desenvolvimento não apenas individual, mas também comunitário, criando pequenos agentes de mudança com influência direta sobre o que os afeta ou os preocupa. Nas margens sociais e territoriais, as taxas de participação cívica e política formal dos jovens são tendencialmente mais baixas, observando-se um reflexo direto deste contexto multidimensional de exclusão, que muitas vezes os ignora e os estigmatiza.

Apesar desta sua importância democrática, ao longo dos últimos anos, foi possível verificar, tal como analisam Cruz (2023) e Carrano (2012), que há um esvaziamento do seu potencial transformador, tornando-se um “jargão” burocrático, presente em todos os discursos institucionais, candidaturas ou financiamentos, estando muitas vezes apenas relacionado com métricas quantitativas (número de presenças, assiduidade, pequenos questionários), ou onde se encenam momentos de decisão coletiva, mas que na verdade não se traduzem em tomadas de decisão efetiva. A participação, nesta lógica, corre o risco de se tornar um fim em si mesmo e não um meio para um fim maior. Tome-se por exemplo, os espaços formais de participação, como a escola, onde frequentemente há uma “tokenização” da participação: esta é reservada um grupo de jovens – normalmente bons alunos, que já se encontram ligados e compreendem os códigos linguísticos e culturais valorizados – mas que na verdade (e embora possam representar parte da sua geração), estes tornam-se símbolos que servem para validar o discurso de que “a juventude é ouvida”.

As análises da participação juvenil têm sido pautadas pela análise do “efeito geração” (Mannheim, 1973) que é entendida como o efeito etário de mobilizar jovens para se rebelar contra uma ordem estabelecida, contudo, estes modelos têm sido reatualizados à luz de uma “crise de capacidade mobilizadora estudantil” (Bohgossian & Minayo, 2009) que acompanha uma tendência da perda de participação política e cívica massiva (Sposito, 2000). O engajamento juvenil é cada vez mais complexo, fugindo de análises dicotômicas e que exigem uma reavaliação da distância dos jovens em relação à política institucional (Malafaia et al., 2021).

Neste contexto, a vitalidade democrática exige cada vez mais uma perspetiva bottom-up, que valorize as formas de cidadania cultural que emergem das margens (Pais, 2005), pois estas são moldadas por condições socioeconómicas e territoriais que impactam diretamente as suas trajetórias. A juventude nestes contextos é frequentemente objeto de discursos penalizadores e assistencialistas, que a associam a problemas sociais como a delinquência ou a veem como “seres à espera de salvação”, negando-lhes agência.

Este estudo adota uma perspetiva crítica sobre a intervenção: por vezes, as políticas de inclu-

são social e, sobretudo, determinadas formas de implementação das mesmas, tendem a adotar uma abordagem individualista que coloca grande ênfase no empoderamento individual dos jovens, em detrimento de uma análise estrutural das desigualdades sociais. O risco desta lógica é o de transferir para os jovens a responsabilidade de resolver adversidades estruturais, promovendo espaços de participação incapazes de combater as desigualdades sociais que enfrentam nas suas vidas.

METODOLOGIA

Tendo nascido em sede disciplinar da antropologia, a etnografia tornou-se uma metodologia particularmente aplicada no âmbito da sociologia urbana, especialmente a partir da chamada Escola de Chicago, seio do desenvolvimento pioneiro da sociologia (Ocejo, 2019; Duneier, 2014) americana. Em Portugal, a metodologia tem sido utilizada por um número alargado de investigadores das ciências sociais, com particular destaque para a sociologia e a antropologia urbanas (veja-se, por exemplo, Cordeiro et al, 2003, Ferro, 2016, Ferro & Gonçalves, 2018 ou Cachado, 2024). A investigação ancorou-se na etnografia urbana, tendo em conta a sua tradição científica enquanto estratégia abrangente (Scott, 2009), enquadrada nas metodologias qualitativas e exigindo uma permanência temporal e uma sistematização rigorosa de dados para alcançar uma análise detalhada da realidade – uma grelha de “tradução” de noções de cultura (Geertz, 1989).

A etnografia operacionalizou-se nesta imersão na realidade do projeto “Casa”, recorrendo à observação participante, com envolvimento ativo nas atividades, seguido de um registo sistemático do diário de campo, ao longo de cerca de seis meses, que foi à posteriori categorizado em 4 fases: i) exploratória – de conhecimento dos vários projetos do Programa Escolhas na área metropolitana do Porto e, consequente, escolha do objeto de estudo; ii) aproximação – entrada negociada no projeto e presença discreta, no entanto, participada; iii) familiarização – com a construção de laços sociais mais fortes com os jovens da “Casa” e com a equipa técnica; e por fim iv) “confiança” – com o aprofundamento das histórias individuais.

O diário de campo, ferramenta central de vigilância epistemológica e de controlo da investigação, incluiu entradas de registos diários, notas reflexivas, éticas e metodológicas na linha do esquema proposto por Fernandes (2002). Além disso, foram realizadas onze entrevistas: oito a jovens do projeto e três à equipa técnica, completando os dados da observação participante, permitindo assim uma triangulação de dados através destas técnicas.

A integração no terreno processou-se de forma orgânica, evoluindo de uma presença discreta para

uma proximidade efetiva com a equipa e os jovens. O envolvimento nas pequenas dinâmicas do quotidiano revelou-se decisivo para construir laços de confiança: a partilha de tarefas do dia-dia – como arrumar o espaço, distribuir lanches, apoiar nos trabalhos de casa ou dinamizar atividades – permitiu desconstruir, junto da equipa técnica, qualquer percepção de avaliação ou crítica ao seu trabalho, ao mesmo tempo que esbatia hierarquias com os jovens. Contudo, o elemento central desta inserção foi a permanência prolongada no espaço: foram os tempos mortos, as conversas paralelas, o estar e estar disponível, estabelecidas ao longo de meses de etnografia, que verdadeiramente validaram o lugar da investigadora no grupo.

O próprio perfil da investigadora permitiu e facilitou o acesso a determinados espaços e conversas informais: sendo uma mulher jovem, a proximidade geracional dos técnicos e dos participantes, e a questão de género, fez com que se esbatesse ainda mais a rigidez da figura de “investigadora”, embora exigisse uma vigilância constante sobre a manutenção das fronteiras éticas e profissionais.

No âmbito da metodologia do projeto e do estudo de caso, as Assembleias de Jovens realizadas todas as semanas no projeto “Casa” foram a espinha dorsal do modelo de gestão participativa promovida pelo projeto e alvo de análise para este artigo.

O grupo de participantes a quem foi dada maior atenção nesta investigação foi, selecionado por conveniência com base nos critérios de assiduidade e envolvimento regular e foi composta por quatro rapazes e quatro raparigas, entre os 14 e os 18 anos, residentes em Campanhã.

DISSOCIAÇÃO ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

Um dos elementos mais distintivos da prática pedagógica do projeto “Casa” reside na sua tentativa de reinventar os espaços de deliberação coletiva, afastando-se dos modelos burocráticos tradicionais que frequentemente alienam os jovens. O exemplo paradigmático desta abordagem são as assembleias semanais, rebatizadas pelos participantes e equipa técnica como “Galas do Big na Casa”. As assembleias ocorriam semanalmente, com uma duração aproximada de 45 a 60 minutos e abertas a todos os jovens e crianças presentes no projeto. A sua organização é definida de forma estruturada pela equipa técnica, mas aberta às sugestões dos jovens. As mesmas faziam alusão ao programa de televisão *Big Brother* – referência que os participantes do projeto consideravam próxima e acompanhavam – subvertendo a lógica original das galas em que se vota para eliminar concorrentes, os jovens tinham de valorizar e reconhecer o envolvimento, participação e comportamento dos colegas e do grupo. Com a

presença regular de pelo menos 15 participantes, chegando, em muitos dias, a atingir os 30, esta dinâmica conseguia trazer os jovens para uma discussão semanal sobre o projeto. O funcionamento da assembleia era feito por votação via *qr code*, no participante da semana (de 3 escolhidos pela equipa técnica – que tentavam garantir que estes não eram apenas os mais populares ou envolvidos, mas que reconheciam evoluções pessoais que podiam passar despercebidas do restante grupo), questões de resposta aberta que apareciam no ecrã em forma de nuvem de palavras e escalas de Likert sobre o comportamento do grupo. Além disso, mesmo não sendo o participante mais votado, todos iam acumulando pontos a cada semana para incentivar a assiduidade e o envolvimento através de pequenas recompensas. Além disso, era a acumulação de pontos, por parte das equipas, que garantia o funcionamento das atividades fora do espaço do projeto durante as férias. No seu conjunto, as assembleias pretendiam desenvolver nos participantes competências de participação democrática e cívica, de cidadania, de cooperação, de autonomia e de reflexão crítica. Mais do que um mero momento de gestão de comportamentos, estes momentos tornam-se experiências pedagógicas e relacionais, que são úteis para a vida em comunidade.

Esta dinâmica transformou um momento que, pela sua natureza estatutária poderia ser meramente reduzido ao cumprimento de uma formalidade administrativa, num espaço lúdico de negociação e reflexão. Foi possível registar episódios onde a determinação das pontuações de comportamento se converteu num exercício de autoavaliação crítica, com a equipa técnica a aceitar, depois de negociação, avaliações propostas pelos próprios jovens, reforçando a sua autonomia e responsabilidade. Como referiu Tomás⁶, um dos participantes, este é um espaço que, apesar da brincadeira, permite “discussão e argumentação” sobre as normas do grupo. Contudo, importa notar que este formato não é politicamente neutro. Ao utilizar a votação para valorizar comportamentos positivos em vez de eliminar concorrentes, o projeto promove subtilmente o reforço de normas e a conformidade grupal. A agência juvenil, através do ato de votar, é aqui canalizada para manter a ordem interna e reproduzir os valores da equipa técnica. Esta dinâmica ecoa a análise de Wetering (2023), sugerindo que a participação, sob a capa da autonomia, pode operar como um mecanismo eficaz de controlo social e gestão de condutas.

Contudo, a análise crítica destas práticas revela uma tensão significativa entre a eficácia deste envolvimento lúdico e a percepção de poder real detido pelos jovens. Se, por um lado, as assembleias funcionam como a “espinha dorsal” da participação interna, por outro, o conceito de participação verbalizado pelos jovens permanece marcadamente pragmático

e modesto, associado predominantemente a “estar presente”, “fazer atividades”, como o verbalizaram nas entrevistas. Carla, por exemplo, define a sua participação como o “participar é estar presente, ser empenhado no que está a ser realizado” e, Miguel diz que “número de vezes que venho e participo”, esvaziando o conceito da sua dimensão política ou decisória.

No discurso reflexivo sobre estas assembleias, os momentos de deliberação são frequentemente desvalorizados (“ah, isso é só a assembleia”), não sendo reconhecidos como atos/contextos políticos. Esta dissonância sugere que, embora o projeto crie canais de participação, falha em torná-los significativos para a identidade política dos jovens fora daquele espaço. Durante o trabalho de campo, tornou-se igualmente claro como a dimensão emocional pode condicionar esta dinâmica: o elevado investimento afetivo na relação com os técnicos, frequentemente descritos como “família”, “pais” ou “psicólogos”, pode gerar um sentimento subtil de obrigação porque essas figuras referenciais o pedem. O receio, ainda que inconsciente, de que a reivindicação, discordância ou confronto possa colocar em risco o seu espaço seguro, pode contribuir para uma postura de “agradecimento” e conformista em detrimento de uma postura mais reivindicativa.

Mais reveladora é a dissociação entre o exercício da participação e a percepção da sua influência real. Embora os jovens participem ativamente em deliberações sobre atividades de lazer ou regras de convivência, estas decisões situam-se invariavelmente numa esfera de baixa consequência. A percepção de invisibilidade política foi transversal às entrevistas, com os jovens a referirem que “ninguém quer saber da opinião” deles sobre os grandes temas sociais. Quando questionados perante algumas inquietações do que poderiam fazer a nível pessoal ou enquanto grupo as respostas são “Ah, não posso fazer nada em relação a isso, é o que é, vai acontecer”; “eu até posso mudar, mas o resto não, é muito difícil mudar a sociedade e eu não estou para entrar na área de política nem nada disso, por isso não há nada que eu tentaria mudar”. Esta agência interna não encontra eco no exterior. Esta desconexão levanta um questionamento central: por que razão os jovens não reconhecem e valorizam a sua própria agência quando ela é exercida nas assembleias, por exemplo? A resposta parece residir no facto de que essa experiência concreta de decisão não se traduz numa percepção de influência sobre as estruturas que verdadeiramente moldam as suas vidas. Seja nas políticas educativas que os excluem ou no mercado de trabalho que os marginaliza, a agência exercida no projeto não tem tradução nos circuitos de poder reais.

Esta desconexão gera o que, à luz da escala de participação de Sherry Arnstein (1969), se pode

classificar como um "patamar intermédio de consultoria", ou mesmo uma "simulação de poder". Os jovens são ouvidos e as suas opiniões respeitadas dentro da "área protegida" do projeto, mas o poder de agenda estratégica permanece nas mãos dos técnicos. Esta limitação não passa despercebida aos participantes mais críticos: Sofia, por exemplo, manifesta insatisfação com o facto de a pré-selecção dos nomeados ser feita pela equipa técnica e não pelos jovens – "às vezes acho que não faz sentido a equipa escolher quem é nomeado. Por exemplo, há pessoas que não participam nas atividades e mesmo assim são nomeadas" e Sandra reafirma: "acho que devia haver um grupo de nós a decidir. Nós é que sabemos quem participa de verdade e quem não faz nada", expondo o modelo de participação, embora bem-intencionado, opera sob liberdade condicional. Esta dinâmica evidencia como as relações de poder, saber e reconhecimento são assimétricas, pois, mesmo sendo dada e reconhecida a competência para votar e discutir, todo o processo de discussão do participante que deve ser nomeado e a decisão final sobre as pontuações permanece limitado ao lado da equipa técnica.

As sugestões críticas dos jovens, como a criação de uma "caixa de sugestões" ou a separação de faixas etárias para discutir temas sensíveis, demonstram um desejo de participação mais substantiva que o modelo atual ainda não satisfaz plenamente.

Ao mesmo tempo, pode ser interessante pensar outros vetores de participação que o projeto promove, nomeadamente através do desporto. O futsal revelou-se a atividade onde a autogestão e a negociação era mais intensa: eram os jovens que formavam equipas, definiam estratégias, geriam conflitos em campo e exigiam recursos, demonstrando uma outra linguagem de participação. Ilustrando talvez outra dissonância: eles participam mais onde a instituição menos estrutura e onde lhes dá mais espaço para decisão.

Quando convidados a pensar no seu futuro, os discursos dos jovens revelam o peso da reprodução social, seja nas aspirações profissionais, que são, na sua maioria, ajustadas à realidade do ensino profissional e das profissões de serviços ou manuais (mecânica, estética, exército). O ensino superior aparece como uma possibilidade distante, mencionada apenas por uma minoria.

Além disso, a natureza das preocupações que têm com o futuro global, situam-se muito em torno de dinâmicas sociais que caracterizam os seus quotidianos – medo do desemprego, de ir para a guerra e, de forma muito concreta, com o difícil acesso à habitação e a dificuldade de sair de casa dos pais. Isto demonstra que, ao contrário do estereótipo do jovem alienado da vida cívica, despreocupado com o que o rodeia, estes jovens estão conscientes das vulnerabilidades materiais que os rodeiam, mesmo

que por vezes seja uma reprodução do discurso mediático – "não tenho nada contra imigrantes. O problema é que, quando acontece algo, quem fica com a má imagem não são eles, mas o nosso país"; "tem agora os marroquinos, no Campo 24 de Agosto, andam de martelo na rua".

CONCLUSÕES

O estudo aponta que o Projeto "Casa" é um espaço de refúgio e pertença fundamental num território urbano estigmatizado do Porto – Campa-nhã - marcado pela concentração de bairros sociais e índices de pobreza elevados, considerado uma segunda casa que oferece a segurança e a estabilidade que frequentemente faz falta no espaço público. Todavia, o projeto revela fragilidades no seu potencial emancipatório. A participação permanece confinada a uma arena circunscrita e estruturada pelos poderes encerrados no projeto e a sua intervenção, embora mitigue os efeitos da exclusão, não transforma as suas causas estruturais, apesar dos ganhos significativos a nível relacional e de desenvolvimento de competências (ex: maior controlo emocional, maior confiança, aprendizagens do trabalho em grupo).

Para superar estas limitações, é imperativo abandonar a imposição de modelos pré-definidos e muitas vezes desenraizados da realidade juvenil. Seguindo a perspectiva de Malafaia, Ferreira e Menezes (2021), importa partir de uma escuta genuína das formas de participação que já fazem sentido para os jovens nos seus quotidianos, frequentemente informais, relacionais e culturais, e construir a intervenção a partir daí, em vez de tentar encaixá-los em formatos institucionais rígidos. Finda a pesquisa que origina este texto, podemos dizer que existem algumas recomendações elaboradas a partir das conversas com os jovens que poderão ser tidas em conta na definição das políticas para a inclusão de jovens que vivem em territórios periféricos. Em primeiro lugar, criar momentos onde a participação interna se conecte às causas da comunidade, transformando a agência protegida em cidadania ativa. Isto implica canalizar a capacidade organizativa já demonstrada nas assembleias para a resolução de problemas concretos (do bairro, do espaço público, etc.). Desta forma, a participação deixa de ser um exercício interno e torna-se num instrumento visível de transformação do território. Repensar os modelos de participação abandonando formalismos rígidos em favor de processos deliberativos integrados nas atividades quotidianas e culturalmente relevantes, mas com consequências reais na gestão do projeto – de notar que o uso de referências da cultura popular como o reality show contribuí para o aproximar da participação, contudo, essa referência não se basta a si mesma. Garantir financiamentos plurianuais que permitam a estabilidade das equipas técnicas,

condição essencial para um trabalho longitudinal e com consequências reais neste tipo de projetos. Os jovens e as comunidades periféricas onde vivem enfrentam contextos de grande instabilidade social, económica e política. Assim, torna-se necessário assegurar uma política de inclusão social permanente e sustentada, de modo a oferecer uma base de apoio sólida para o desenvolvimento das trajetórias biográficas e sociais destes jovens.

Em suma, o caminho para uma participação juvenil significativa não passa por mais retórica, mas pela coragem de partilhar poder real e de derrubar os muros de arenas circunscritas para que a cidadania possa acontecer, mesmo implicando erros, na periferia que também é cidade.

Financiamento

Este trabalho foi financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), no âmbito do projeto “PERICREATIVITY - Criatividades Periféricas: juventude, arte e políticas públicas em territórios segregados” (10.54499/2022.08993.PTDC; março 2023 - março 2026).

Conflito de interesses

Os autores declaram não existirem conflitos de interesse.

Contribuição das autoras/autores

Leonor Medon - Conceptualização, Metodologia, Investigação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Redação (rascunho original), Redação (revisão e edição).

Lígia Ferro - Conceptualização, Metodologia, Análise Formal, Validação, Redação (rascunho original), Redação (revisão e edição), Supervisão, Administração do Projeto, Aquisição de Financiamento.

Otávio Raposo - Metodologia, Redação (revisão e edição), Supervisão, Administração do Projeto, Aquisição de Financiamento.

Notas

¹ <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

² <https://pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>

³ PERICREATIVITY – Criatividades Periféricas: juventude, arte e políticas públicas em territórios segregados” (10.54499/2022.08993.PTDC; março 2023 - março 2026). O projeto é coordenado por Otávio Raposo (ISCTE - IUL/CIES) e por Lígia Ferro (FLUP/IS-UP), sendo), financiado pelo Governo Português através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). O projeto, doravante designado apenas por PERICREATIVITY, está disponível no DOI: <https://doi.org/10.54499/2022.08993.PTDC> e no site: <https://pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>.

⁴ O nome Projeto “Casa” é fictício e foi adotado neste artigo para garantir o anonimato da instituição e a confidencialidade dos participantes.

⁵ Supervisionado pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações, integrada no Alto Comissariado para as Migrações, que desempenha um papel fundamental na promoção da integração social e na igualdade de oportunidades para crianças e jovens em situações de vulnerabilidade socioeconómica em Portugal (<https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>).

⁶ Todos os nomes aqui apresentados foram pseudonimizados, substituídos por nomes fictícios escolhidos pela equipa de investigação ou pelos próprios participantes, aquando da explicação sobre os objetivos e procedimentos da investigação, processo necessário para a obtenção de um consentimento informado da sua participação.

Bibliografia

- Abrantes, P., Raposo, O., Ferro, L., Varela, P., Lacerda, B., Seabra, T., Sadock, M., Moreira, L., & Lopes, J. T. (2025). Políticas públicas de inclusão de jovens em contextos periféricos: O caso do Programa Escolhas (2001-2023). *Sociologia, Problemas e Práticas*, (109), 1-22.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Boghossian, C. O., & Minayo, M. C. de S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 411-423.
- Carrano, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: Considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*, 27, 83-99.
- Cordeiro, G. I., Baptista, L. V., & Costa, A. F. da. (Eds.). (2003). *Etnografias urbanas*. Etnográfica Press. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.351>
- Costa, A. C. G. (1999). O adolescente como protagonista. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, 1, 75-79.
- Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., & Silva, P. (2022). *A participação política dos jovens em Portugal: Relatório síntese*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-Sintese-PT-final.pdf>
- Cruz, H. (2023). Participação e cidadania: O caso das práticas artísticas participativas e comunitárias. *Cadernos IS-UP*, 4, 12-19.
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In T. H. Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23-40). Edições Afrontamento.
- Ferro, L. (2016). *Da rua para o mundo: Etnografia urbana comparada do graffiti e do parkour*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferro, L., & Gonçalves, R. S. (2018). Etnografias urbanas: Explorando as cidades contemporâneas – introdução. *Etnográfica*, 22(2), 305-310.

- Garcia, A. D., Macedo, E., & Queirós, J. (2019). Routes of construction of knowledge, expression and participation: How do young people (re)create citizenship? *Praxis Educativa*, 14(3), 1230–1250.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Guerra, P. (2000). Recomposição espacial e social do tecido urbano portuense: O bairro Cerco do Porto enquanto espaço de análise. In *Atas do III Congresso Português de Sociologia: Práticas e processos de mudança social*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021* [Conjunto de dados]. <https://censos.ine.pt/>
- Malafaia, C., Ferreira, P. D., & Menezes, I. (2021). Democratic citizenship-in-the making: Dis/engagement profiles of Portuguese youth. *Frontiers in Political Science*, 3. <https://doi.org/10.3389/fpos.2021.743428>
- Mannheim, K. (1973). Funções das gerações novas. In L. Pereira & M. Foracchi (Orgs.), *Educação e sociedade* (pp. 91-97). Companhia Editora Nacional.
- Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53–70.
- Pereira, V. B. (2018). Urban distinctions: Class, culture and sociability in the city of Porto. *International Journal of Urban and Regional Research*, 42(1), 126–137.
- PERICREATIVITY. (2023–2026). *Peripheral creativities: Youth, art and public policies in segregated territories* [Projeto de investigação]. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <https://Pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>
- Raposo, O. (2022). The art of governing youth: Empowerment, protagonism, and citizen participation. *Social Inclusion*, 10(2), 95–105.
- Scott, S. (2009). *Making sense of everyday life*. Polity Press.
- Sociedade Portuguesa de Inovação. (2018). *R02. Caracterização e diagnóstico: Definição da Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira* (Relatório No. PR-02981). Câmara Municipal do Porto.
- Sposito, M. T. (2000). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (13), 73-94.
- Wetering, S. (2023). Facilitating citizen participation in marginalised neighbourhoods: Selective empowerment in between vulnerability and active citizenship. *Local Government Studies*, 50(3), 498-520.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 02/12/2025. Aceite para publicação a 20/12/2025.